

A REVALIDAÇÃO DO SABER: O OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS.

Soraia Costa

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo:

“Moqueca é capixaba e o resto é peixada”, frase dita pelo jornalista Cacau Monjardim, ao provar uma moqueca baiana, figura no imaginário da construção de uma identidade cultural capixaba. Impossível pensar na moqueca se não atrelarmos ao objeto simbólico a panela de barro, objeto este que traz uma significação não só para o grupo social que o produz, mas para a sociedade que se apropria e o re-significa.

Estas novas re-significações vêm de encontro ao processo que o bem Ofício das Panelas, primeiro patrimônio imaterial brasileiro está passando. A revalidação, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tem por objetivo atualizar as informações sobre a situação do bem cultural.

Como revalidar a cultura, sendo ela tão mutante, como dar autenticidade a um grupo, deixando a margem outros grupos que também reproduzem a cultura do barro. O presente trabalho tem por objetivo analisar este processo de revalidação, as transformações ocorridas: nas relações sócio culturais deste grupo que reproduz o saber, o local de reprodução, a transmissão deste saber, a extração de sua matéria-prima e as legislações ambientais, e sua apropriação por meio da atividade turística ao longo de dez anos.

Palavras-chave: **Patrimônio; Revalidação; Turismo.**

1 Introdução

O Ofício das Paneleiras de Goiabeiras foi a primeira manifestação cultural registrada no ano 2002, no Livro dos Saberes, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sendo reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro.

A noção de patrimônio sempre se remeteu ao significado de bens herdados, podendo ser bens econômico e financeiros, obtidos e repassados individualmente ou coletivamente. Sendo assim durante muito tempo no mundo ocidental a categoria patrimônio esteve intimamente ligada ao campo material, ao tangível, seu reconhecimento e sua salvaguarda por parte do Estado davam-se aos bens móveis e imóveis. No Brasil recentemente a categorização de patrimônio estendeu-se para os bens intangíveis, com o seu reconhecimento pelo Estado, com o intuito de registrar e acompanhar estas práticas e representações. (GONÇALVES, 2003)

De origem indígena, a confecção da panela de barro, foi herdada pelas mulheres de Goiabeiras Velha, situada na parte continental norte do Município de Vitória¹, sendo assim o reconhecimento deste ofício está atrelado ao lugar onde saber está sendo reproduzido, além do domínio de todas as etapas de produção da panela de barro, só assim é reconhecida como autêntica paneleira.

O objeto simbólico, a panela de barro traz uma significação não só para o grupo social que o produz, mas para a sociedade que se apropria e o re-significa, o tornando um patrimônio nacional, a partir do momento que este objeto se transforma em utilitário, e traz diferentes interpretações e significados.

Segundo Gonçalves (2005), muitos estudos enfatizam corretamente o fato de que os objetos fazem parte de um sistema de pensamento, de um sistema simbólico, mas deixam em segundo plano o fato de que eles existem na medida em que são usados por meio de

¹ OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. – Brasília, DF: Iphan, 2006. 70 p.: il. color, 25 cm.-(Dossiê Iphan;3) isbn 85-7334-031-2.p.54-58.1.Patrimônio Cultural.2.Patrimônio Imaterial.3.Paneleiras-oficio. I. Instituto do patrimônio Histórico Artístico e Nacional.II.Série.Iphan/Brasilia-DF.

determinadas “técnicas corporais” em situações sociais e existenciais (e não apenas em termos conceituais e abstratos).

A panela de barro foi incorporada ao prato típico da localidade, a moqueca capixaba e imortalizada na frase do jornalista Cacau Monjardim “Moqueca é capixaba o resto é peixada”, figurando no imaginário da construção de uma identidade cultural capixaba. Esses dois símbolos foram também apropriados pela atividade turística, tornando-se indissociáveis na composição do produto turístico capixaba. A apropriação do turismo de um bem cultural, buscando a sua mercantilização parte do preceito de valorização, preservação de um bem, no caso a panela de barro, e a geração de renda, para quem o produz. E esta premissa promove também uma ambigüidade, esse bem divulgado massivamente, a promoção de um grupo social, traz consigo uma invisibilidade dos demais bens culturais que estão sendo produzidos e que também compõem o imaginário de identidade capixaba.

Estas novas re-significações vêm de encontro ao processo que o bem Ofício das Paneleiras está passando, processo este de revalidação² realizado pelo IPHAN, que tem por objetivo atualizar as informações sobre a situação do bem cultural, indicar as providências necessárias a esta complementação de informações, propor o redimensionamento dos recortes do registro, e também análise do grupo que produz este saber, além da situação dos recursos utilizados para o fabrico das panelas de barro, sendo este matérias-primas não renováveis e que são de suma importância para a preservação deste saber. Como analisar, avaliar algo como a cultura, sendo ela tão mutante, como dar autenticidade a um grupo, deixando a margem outros grupos que também reproduzem a cultura do barro.

² Decreto 3.551/2000, Artigo 7º, que diz: “O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil”.

2 O lugar do saber

O ofício das paneleiras é uma atividade econômica culturalmente enraizada na localidade conhecida como Goiabeiras Velha, situada na parte continental norte do Município de Vitória, à beira do canal que banha o manguezal e circunda a Ilha. O grande projeto de modernização urbana da capital, promovido nos anos de 1970, confinou Goiabeiras Velha entre a via expressa de acesso ao aeroporto e o mangue, resguardando-a como reduto de ocupação antiga, de configuração familiar, onde reside a maioria das famílias de paneleiras,(IPHAN, 2006).

Para Bourdieu(2004),as lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades(estigmas ou emblemas) ligadas à origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e , por este meio, de fazer e de desfazer os grupos.

Sendo assim o local do saber vai além do espaço geográfico, compreendendo também, as dimensões sociais e políticas, que constituem a região. Quando há um reconhecimento de um bem cultural como legítimo, automaticamente há uma disputa no campo simbólico, e a dominação cultural de grupo social sobre o outro. Sendo assim a arte cerâmica que não é produzida na localidade e claro com todos os processos de produção é vista como uma arte subalterna.

A forma de se reafirmar enquanto pertencentes de grupo étnico, também se legitimou por meio de uma associação criada em 1987, com o objetivo de mobilizar, integrar e conscientizar as paneleiras para exercício de seus direitos, buscando melhores condições de trabalho visando a contribuir com a promoção do desenvolvimento da comunidade por intermédio da integração entre a população local e poderes públicos, (Rodrigues, 2011).

Além é claro de limitar e demarcar quem está dentro ou fora. Sendo assim Hannerz(1997), nos traz o ressurgimento de uma forte tendência de focalizar a cultura unicamente como um marcador de grupos, tornando muitas vezes um instrumento de exclusão social por

parte das maiorias dominantes. Para ele pode ser que haja uma preocupação com a autonomia e a defesa da herança cultural por si mesmas, mas frequentemente esta retórica da cultura esteja estreitamente associada tanto ao poder quanto aos recursos naturais.

Outra forma de legitimação conquistada pela Associação das Paneleiras de Goiabeiras foi a Indicação Geográfica-(IG), proferido pelo Instituto Nacional da propriedade Industrial (INPI), o reconhecimento é dado na categoria de Indicação de Procedência-(IP), evitando assim falsificações, garantindo sua procedência e aumentando sua competitividade.

3 A apropriação cultural pelo turismo

Devido a este reconhecimento nacional da panela de barro, houve também uma apropriação da atividade turística deste bem como a representação genuína da cultura capixaba. Sendo assim ao analisar artigos de revista especializada em turismo, bem como as ações promocionais de divulgação do Estado do Espírito Santo pelo poder público, é notório o destaque a moqueca capixaba como sendo uma iguaria tradicional encontrada somente aqui, e sua associação a composição da identidade capixaba. Fica evidente o espaço de disputa, política e simbólica, e econômica acerca do patrimônio cultural.

Para Canclini (1994) existem três tipos de agentes neste espaço de disputa, sendo eles: a ação privada, o Estado, e os movimentos sociais. Segundo ele a ação privada em relação ao patrimônio, esta regida pelas necessidades de acumulação econômica e reprodução da força de trabalho. Já ao Estado cabe a tarefa de resgatar, preservar e o valorizá-lo como elemento integrador da nacionalidade. E os movimentos sociais, que reivindicam o reconhecimento de bens culturais, sua apropriação coletiva e democrática.

Barreto (2000) entende por “turismo cultural” todo turismo em que o principal atrativo se enquadre em algum aspecto da cultura humana, podendo ser a história, o cotidiano, o artesanato, as manifestações culturais ou folclóricas, como festas e festivais, peregrinações ou outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.

No turismo é aceitável e até muitas vezes necessário impor alguns atrativos, recriar ou transformar algo em espetáculo, fazer modificações no que é original, para agregar valor,

atribuir um sentido muitas vezes exótico ou que cause no turista um maior interesse, visto a competitividade. No entanto, essas ações resultam numa nova composição socioespacial e na re-significação de símbolos identitário que tem um sentido de memória coletiva local.

Sendo assim a moqueca e panela de barro tornam-se indissociáveis na composição do produto turístico capixaba. Esses elementos culturais são atrelados a outros atrativos turísticos, aumentando e diversificando a oferta, atingindo assim um maior número de público e mais distintos possíveis. Esta composição paisagística, cultural vendida cria um cenário no imaginário de quem vem visitar o Estado.

Pensando na construção do imaginário do turista, no ano 2011 foi inaugurado o novo Galpão das Paneleiras de Goiabeiras, com uma arquitetura moderna o espaço acabou destoando do contexto do trabalho artesanal produzido. O espaço tem uma infraestrutura de 32 cabines, porém o número de famílias cadastradas pelo IPHAN é de 120 famílias, sendo assim não há local para todos exporem seu trabalho, muitas ainda vendem suas panelas em suas residências, não tendo a mesma visibilidade que as demais, ficando a margem, muitas vezes como clandestinas. O Galpão possui ainda banheiros, posto de informação turística, além de espaço de serviço de bar e restaurante. Este espaço foi pensado em atender o turista possibilitando assistir a algumas etapas da confecção da panela de barro e adquirir o produto.

A apropriação do turismo de um bem cultural, buscando a sua mercantilização parte do preceito de valorização, preservação de um bem, no caso a panela de barro, e a geração de renda, para quem o produz. E esta premissa promove também uma ambigüidade, esse bem divulgado massivamente, a promoção de um grupo étnico, traz consigo uma invisibilidade dos demais bens culturais que estão sendo produzidos e que também compõem o imaginário de identidade capixaba.

É inegável não pensar nos benefícios econômicos advindos da atividade turística para as paneleiras, porém vale pensar em turismo que vá além do capital, que realmente valorize o saber, bem como o local onde esta sendo produzido, e sua conservação. Pensar em turismo cultural é importante pensar numa nova nomenclatura de que esta acontecendo no Brasil denominado etnoturismo, esta segmentação tem sido implantada em comunidades

indígenas trabalhando com a valorização cultural, a inclusão social e a conservação ambiental nas áreas indígenas.

4.Considerações finais

O processo de revalidação realizado pelo IPHAN iniciou-se em 2014 e ainda está em curso, além de ser o primeiro bem cultural de caráter dinâmico salvaguardado pelo instrumento do Registro, ele também configura como sendo o processo inaugural de revalidação que o órgão federal tramita, demonstrando o caráter experimental e precursor dessa atividade que servirá como apoio para os próximos que acontecerão ao longo dos próximos anos.

As informações sobre a situação do bem serão atualizadas, pois por ser de natureza imaterial não é estático e se reinventa ao longo do tempo, assim esta pesquisa realizada pelo o órgão federal, irá também indicar as providências necessárias a esta complementação de informações, além disso acompanhará a parte administrativa de revalidação.

Diante deste processo que ainda está em curso e que passará por um Consultivo de Patrimônio Cultural que dará ou não a revalidação deste saber, o presente trabalho ainda não foi concluído, pois o mesmo pretende analisar o processo de revalidação deste bem cultural, como também as mudanças ocorridas na transmissão deste saber, as relações sócio culturais deste grupo social, o seu local de memória, sua matéria-prima e as legislações ambientais e sua mercantilização por meio da atividade turística ao longo destes dez anos em que o bem foi reconhecido.

Sendo assim trata-se de uma pesquisa qualitativa em revisão bibliográfica com o intuito de conhecer as opiniões de diversos autores sobre o tema exposto, através da análise de livros, documentos, teses, artigos científicos e sites da internet. A pesquisa também será do tipo explicativa.

A pesquisa qualitativa examina aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo. Aspectos esses, que não se definem por medidas numéricas e análises estatísticas. Busca compreender o fenômeno a partir dos dados obtidos em campo, das referências fornecidas pela população estudada e dos significados atribuídos ao fenômeno pela população.

Referências

BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas: Ed. Papirus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. In.: O poder simbólico. 7ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2004.

CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção do imaginário do nacional. Revista do Patrimônio. Rio de Janeiro, nº23, 1994. p.94-116.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, Memória e Ideologia Nacionais: O problema dos patrimônios culturais. In.: Antropologia dos objetos: Coleções, Museus e Patrimônios. Rio de Janeiro, 2007. Coleção Museu, Memória e Cidadania. p. 117-138.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003. p.25-33.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As culturas como patrimônio. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.15-36, jan/jun 2005.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. Mana[online]. 1997, vol.3, n.1, pp.7-39.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. Introdução. In.: A Invenção das Tradições. Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. – Brasília, DF: Iphan, 2006. 70 p.: il. color, 25 cm.-(Dossiê Iphan;3) isbn 85-7334-031-2.p.54-58.1.Patrimônio Cultural.2.Patrimônio Imaterial.3.Paneleiras-ofício. I. Instituto do patrimônio Histórico Artístico e Nacional.II.Série.Iphan/Brasilia-DF.

PEROTA, Celso In.:Painéis de Goiabeiras. Texto e pesquisa: Celso Perota, Jaime Roy Doxsey, Roberto A. Beling Neto; fotos Edson Chagas – Vitória: Secretaria cultura, 1997. 40 p.: Il.; 21 cm – (Memória Viva).

NUNES,Lorraine.PortaldosIPHAN.Disponível

em

<http://iphanespiritosanto.blogspot.com.br/> [Consultado em 12.06.2015]